

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região



2023

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

Relatório apresentado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região aos órgãos de controle externo e interno e à sociedade, como parte da prestação de contas anual, nos termos do art. 70 da Constituição Federal.

Documento elaborado de acordo com a Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 84/2020 e da Decisão Normativa TCU nº 198/2022.

Porto Velho, 31 de março de 2024





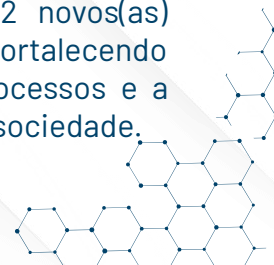
MENSAGEM DO PRESIDENTE

Desembargador do Trabalho
OSMAR JOÃO BARNEZE

Com imensa satisfação, apresento o Relatório de Gestão do exercício 2023 do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-14), o qual retrata um ano de conquistas e avanços na nobre missão de oferecer uma justiça célere, eficaz e comprometida com o projeto constitucional de construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Em 2023, após a superação do ignominioso cenário instalado pela crise pandêmica da COVID-19, o TRT-14 retomou o expediente presencial de forma gradual e segura, a implementar um modelo híbrido de entrega da prestação jurisdicional, combinando o trabalho presencial com a exitosa experiência da atividade remota. A medida, cuidadosamente planejada, garante a saúde física e psíquica de servidores(as) e magistrados(as), ao mesmo tempo que incrementa os níveis de produtividade e propicia a melhora da qualidade dos serviços prestados à população.

Com a realização de concurso público, 112 novos(as) servidores(as) foram nomeados(as) em 2023, fortalecendo a equipe e permitindo a otimização dos processos e a qualificação do atendimento às demandas da sociedade.



Pelo empenho e dedicação de todos(as) os(as) servidores(as) e magistrados(as), o TRT-14 alcançou o cumprimento integral das metas judiciais estabelecidas para o ano, a demonstrar a eficiência e o comprometimento com a pronta e célere entrega da prestação jurisdicional.

Na seara da Responsabilidade Socioambiental, o TRT-14, aliançado com os valores atinentes ao bem-estar social, realizou diversas ações em prol do combate ao trabalho infantil, do fomento ao trabalho seguro, da proteção ao meio ambiente e da emancipação da cidadania.

A área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do TRT-14 obteve avanços significativos em 2023, em especial na implementação de medidas robustas de segurança da informação e a conquista de destaque no *ranking* nacional de Governança de Tecnologia da Informação.

A atuação zelosa de diversas instâncias administrativas e judiciárias assegurou, ombreada às demais, a preservação da governança, da transparência e da eficiência das atividades do Tribunal. O TRT-14 foi agraciado com o Selo Ouro do Prêmio CNJ Qualidade, a reconhecer, em âmbito nacional, o compromisso desta Corte com a excelência na gestão.

Por fim, diante da responsabilidade, enquanto gestor da coisa pública, incumbe-me assegurar a fidedignidade, precisão e completude do presente relatório, declaro que a sua elaboração e apresentação está em conformidade com a Estrutura Internacional para Relato Integrado e em conformidade com os elementos de conteúdo estabelecidos na Decisão Normativa TCU nº 198/2022, nos termos § 3º do art. 8º da Instrução Normativa- TCU nº 84, de 2020.

Convido os(as) jurisdicionados(as) a conhecer, em detalhes, as ações e os resultados do TRT-14 em 2023 neste Relatório anual.

Desembargador do Trabalho Osmar Barneze
Presidente do TRT14



SUMÁRIO

01 QUEM SOMOS

VISÃO GERAL	7
JURISDIÇÃO	8
IDENTIDADE ESTRATÉGICA	10
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	12
COMO FUNCIONAMOS	13

02 RISCOS E PERSPECTIVAS

AMBIENTE EXTERNO	15
OPORTUNIDADES E DESAFIOS.....	16
GESTÃO DE RISCOS	17

03 RESULTADOS

GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA	19
PESSOAS	27
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	31
CONTRATAÇÕES	35
INFRAESTRUTURA E PATRIMÔNIO	39
RESULTADOS E IMPACTOS NA SOCIEDADE	40

04 ORÇAMENTO E FINANÇAS

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	46
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	51



01

QUEM SOMOS

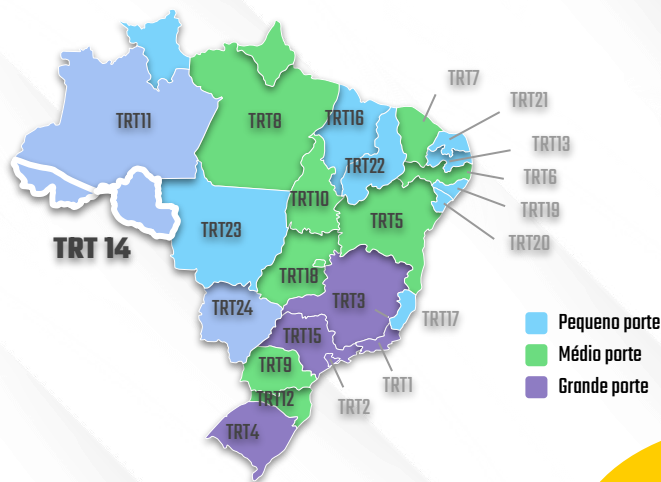
Visão geral organizacional e ambiente externo

A JUSTIÇA DO TRABALHO

TST + CSJT + 24 TRTs + 1587 Varas do Trabalho

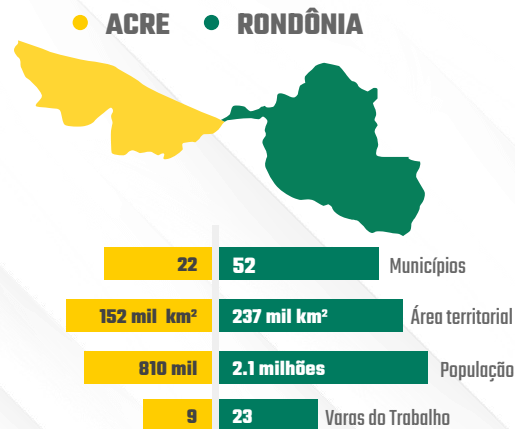
A Justiça do Trabalho (JT) é uma justiça especializada que tem como objetivo pacificar as relações de trabalho. Esse esforço se inicia nos juízos de 1º e 2º graus, compostos pelas Varas do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho.

Distribuição territorial dos TRTs segundo o porte



NOSSO TRIBUNAL

A jurisdição do TRT-14 abrange os 74 municípios e 15 distritos de Rondônia e Acre, compreendendo uma área territorial de 390.157 km² e uma população projetada de 2,8 milhões de habitantes. Todo este território está sob a cobertura jurisdicional de 32 Varas do Trabalho, distribuídas geograficamente em 20 municípios.



QUEM SOMOS



Edifício-sede



Rondônia

RISCOS E PERSPECTIVAS

RESULTADOS

ORÇAMENTO E FINANÇAS



Localização das Varas do Trabalho

JURISDIÇÃO

8



Vara do Trabalho

1ª a 8ª Vara do Trabalho de Porto Velho

Vara do Trabalho de Machadinho d'Oeste

1ª e 2ª Vara do Trabalho de Ariquemes

Vara do Trabalho de Buritis

Vara do Trabalho de Guajará Mirim

Vara do Trabalho de Jaru

Vara do Trabalho de Duro Preto d'Oeste

1ª e 2ª Vara do Trabalho de Ji-Paraná

Vara do Trabalho de São Miguel do Guaporé

Vara do Trabalho de Rolim de Moura

Vara do Trabalho de Cacoal

Vara do Trabalho de Pimenta Bueno

Vara do Trabalho de Colorado d'Oeste

Vara do Trabalho de Vilhena

Municípios sob jurisdição

Porto Velho, Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste

Machadinho d'Oeste; Cujubim e Vale do Anari

Ariquemes; Alto Paraíso; Cacaulândia; Monte Negro e Rio Crespo

Buritis e Campo Novo de Rondônia

Guajará Mirim, Nova Mamoré

Jaru; Governador Jorge Teixeira e Theobroma

Duro Preto d'Oeste; Mirante da Serra; Nova União; Teixeiraópolis; Urupá e Vale do Paraíso

Ji-Paraná; Presidente Médici; Alvorada d'Oeste e Costanheiras

São Miguel do Guaporé; Costa Marques; São Francisco do Guaporé e Seringueiras

Rolim de Moura; Nova Brasilândia d'Oeste; Novo Horizonte do Oeste; Santa Luzia d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis e Alta Floresta d'Oeste

Cacoal e Ministro Andreazza

Pimenta Bueno; Espigão d'Oeste; Parecis; Primavera de Rondônia e São Felipe d'Oeste

Colorado d'Oeste; Cabixi; Cerejeiras; Corumbiara e Pimenteiras do Oeste

Vilhena e Chupinguaia

QUEM SOMOS

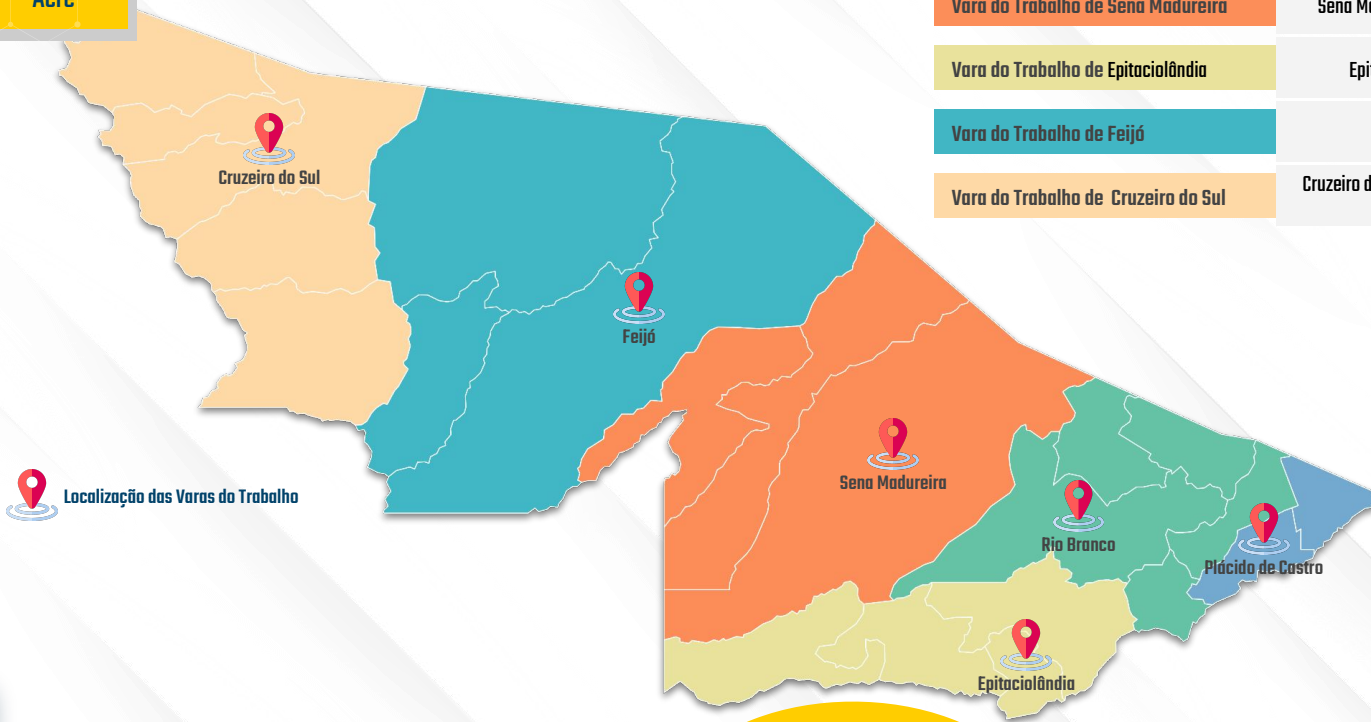
RISCOS E PERSPECTIVAS

RESULTADOS

ORÇAMENTO E FINANÇAS



Acre



Vara do Trabalho

1ª a 4ª Vara do Trabalho de Rio Branco

Vara do Trabalho de Plácido de Castro

Vara do Trabalho de Sena Madureira

Vara do Trabalho de Epitaciolândia

Vara do Trabalho de Feijó

Vara do Trabalho de Cruzeiro do Sul

Municípios sob jurisdição

Rio Branco; Senador Guiomard; Porto Acre; Bujari e Capixaba

Plácido de Castro e Acrelândia

Sena Madureira; Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus

Epitaciolândia; Brasília; Assis Brasil e Xapuri

Feijó; Tarauacá e Jordão

Cruzeiro do Sul; Mâncio Lima; Rodrigues Alves; Porto Walter e Marechal Thaumaturgo



IDENTIDADE ESTRATÉGICA

MISSÃO: Realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, com celeridade e efetividade, promovendo a paz social e o fortalecimento da cidadania

VISÃO: Consolidar-se perante a sociedade como referência de credibilidade na prestação jurisdicional

VALORES: Ética | Acessibilidade | Agilidade | Eficiência | Transparência | Inovação | Valorização das pessoas | Sustentabilidade | Efetividade | Comprometimento e engajamento | Segurança jurídica | Respeito à diversidade



NOSSA LIDERANÇA



OSMAR J. BARNEZE

Desembargador Presidente e Corregedor



MARIA CESARINEIDE

Desembargadora Vice-Presidente



AUGUSTO N. CARIGÉ

Juiz Auxiliar da Presidência/Precatórios



FERNANDA ANTUNES

Juíza Auxiliar da Corregedoria/Execução



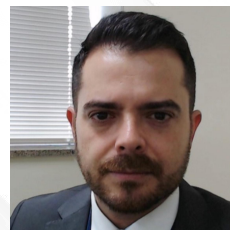
LÉLIO LOPES

Diretor Geral



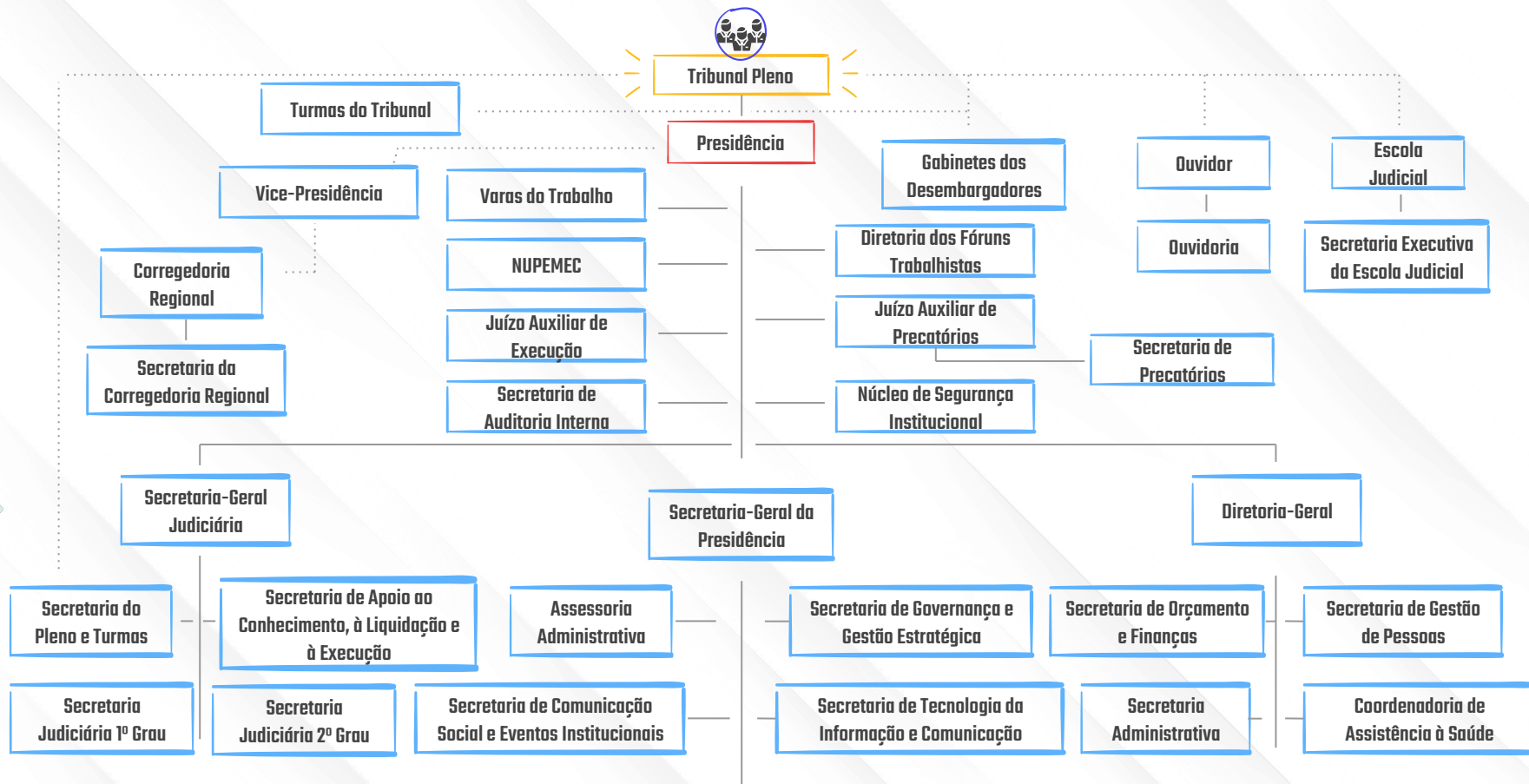
TAMA M. OHIRA

Secretária-Geral da Presidência



ALYSSON RICARDO

Secretário-Geral Judiciário



COMO FUNCIONAMOS

Nossa Gestão é realizada por meio de decisões coletivas, sempre buscando atender às normas vigentes e recomendações dos órgãos de controle externo e interno. As decisões levam em consideração os seguintes direcionamentos:

- o que fazemos, representado pela nossa Cadeia de Valor e Modelo de Negócios;
- onde queremos chegar, definido no Plano Estratégico;
- prioridade de ações, definidas conforme Políticas de Governança.

Estas ações e direcionamentos são monitorados e avaliados continuamente para garantir que o TRT-14 está cumprindo a sua missão institucional, bem como perseguindo a sua visão de futuro. No capítulo “Resultados”, buscamos demonstrar o funcionamento do Tribunal e a forma como ele gera e entrega valor à sociedade.

02

RISCOS E PERSPECTIVAS



Ambiente
Externo

1



Oportunidades
e Desafios

2



Gestão de
Riscos

3

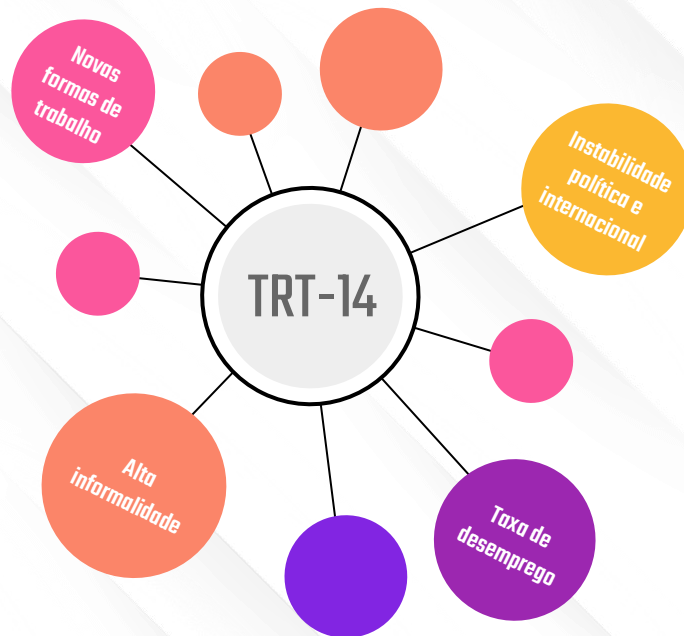


AMBIENTE EXTERNO

Decerto, 2023 foi um ano marcado por uma série de eventos que impactaram significativamente o mercado de trabalho brasileiro. O triste legado da Covid-19, o qual, permeado a outros desafios, contribuiu sobremaneira para a elevação da taxa de desemprego e o incremento do trabalho informal, além do agravamento da desigualdade social.

O sentimento de insegurança foi potencializado, ainda, por fatores internacionais adversos, desde o estado de guerra a um cenário econômico global delicado. Contudo, embora o espírito de incerteza, natural em vista da ordem geopolítica mundial, foi possível, diante da crise, o fomento de novas formas de atuação.

Para o TRT-14, também foi um ano de desafios e recomeços, mas cuja experiência serviu para demonstrar sua rápida capacidade de adaptação frente às constantes mudanças, quer advindas da arena legislativa, quer oriundas de circunstâncias fáticas externas. Enquanto órgão que contribui para a pacificação das relações de trabalho, o Tribunal sempre se manteve vigilante às variáveis externas que o circundam.





OPORTUNIDADES

Novas formas de trabalho: o trabalho remoto e híbrido se consolidou como tendência no mercado de trabalho, a oferecer maior flexibilidade aos(as) trabalhadores(as). A necessidade de adaptação às novas tecnologias e à cultura do trabalho remoto se tornou crucial para o sucesso organizacional.

Alguns especialistas acreditam que o trabalho híbrido é uma fase de transição para o retorno do trabalho presencial, enquanto outros afirmam que o trabalho híbrido manterá seu espaço, em razão dos seus benefícios, como maior flexibilidade, aumento da produtividade e melhoria da qualidade de vida.

Em 2023, passamos a ter três modelos de expediente: presencial, híbrido e teletrabalho.

DESAFIOS PARA O FUTURO

Mercado de trabalho: notícias veiculadas e previsões econômicas atuais indicam para 2024 um cenário ainda mais desafiador, com persistência de problemas históricos, como alta informalidade no mercado de trabalho (Fonte: IBGE). No entanto, a digitalização dos serviços de empresas/instituições e a flexibilização dos modelos de trabalho são fatores que mantêm o otimismo.

Legislação: a legislação trabalhista é dinâmica, assim como tudo em Direito, porque produto cultural e mutável por excelência, o que, decerto, representa um desafio ao Poder Judiciário e, claro, ao TRT-14. Como exemplo de atualização normativa recente, cita-se a Lei nº 14.442/2022 - Marco Legal do Teletrabalho. Ainda, a Reforma Trabalhista de 2017 continua a gerar impactos no mercado de trabalho até os dias de hoje, na medida em que persiste o debate de inúmeros de seus dispositivos, alcance e legalidade, junto às Cortes Superiores, as quais ainda estão a enfrentá-los.



GESTÃO DE RISCOS

Eventos como falhas na gestão de recursos e processos ineficientes podem comprometer a qualidade dos serviços prestados, a imagem da instituição e, em última análise, a confiança pública. Neste contexto repleto de riscos e desafios, externos e internos, o Tribunal dispõe de políticas, planos e procedimentos que o auxiliam a identificar, prevenir e mitigar os riscos institucionais, bem como identificar e aproveitar as oportunidades que se apresentam. Nesta esteira, a gestão de riscos está entranhada nas principais políticas internas, em especial:

- [Política de Governança Institucional](#)
- [Política de Integridade](#)
- [Política e Plano de Gestão de Riscos](#)
- [Política e Manual de Gestão de Processos de Trabalho](#)
- [Política e Manual de Gestão de Projetos](#)
- [Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais](#)

Já a gestão dos riscos operacionais, em cada área de atuação, é regida por diversas normas e procedimentos internos, em conformidade com as macropolíticas institucionais, a exemplo das normas e dos procedimentos da área de Tecnologia da Informação e Comunicação, setor-chave do Tribunal, como destaque para:

- [Política de Governança de TIC](#)
- [Política de Segunda da Informação](#),
- [Política de Backup](#)
- [23 Processos de Trabalho Mapeados](#)

Movido por essa abordagem proativa e sistêmica, na qual que se busca eliminar ou reduzir a um nível aceitável os riscos e adversidades, mantendo-os sob vigilância e, se possível, sob controle, procuramos fortalecer a governança, a transparência e a *accountability* da instituição, garantindo, assim, a entrega de serviços de qualidade à população.

03

RESULTADOS

1-5: DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS ÁREAS
6: RESULTADOS E IMPACTOS NA SOCIEDADE





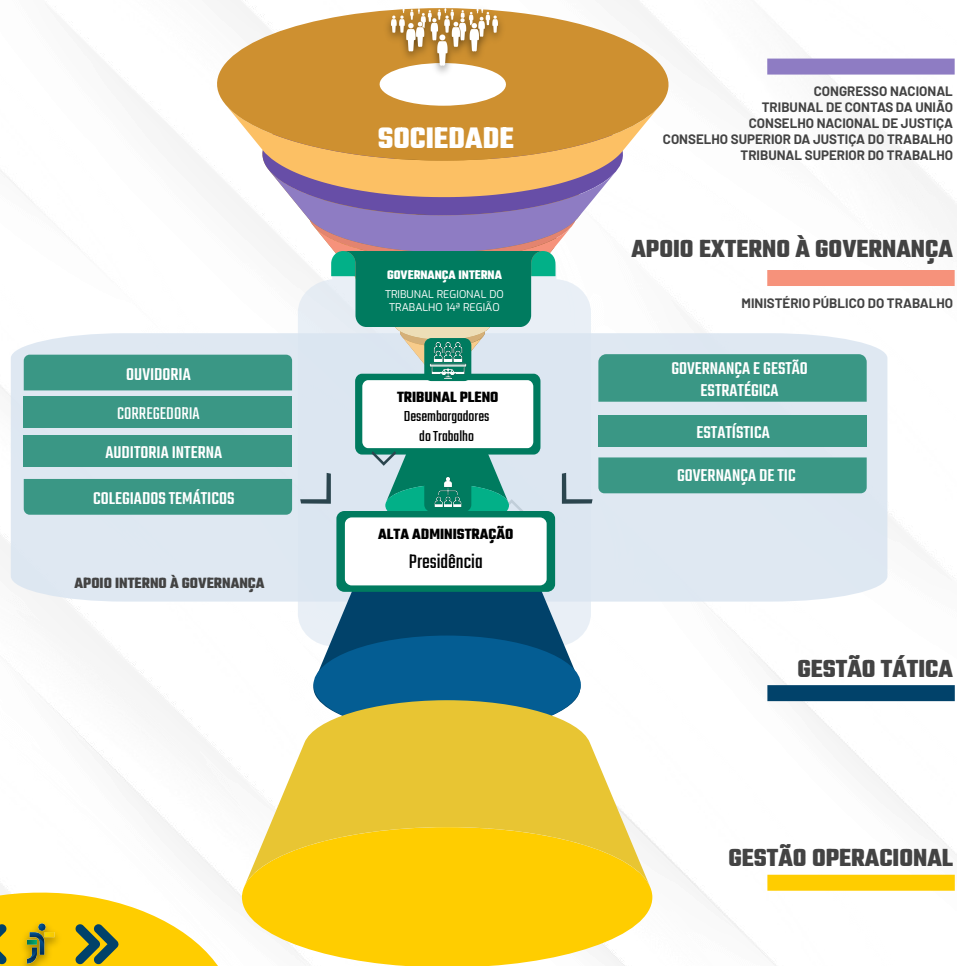
GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A Governança Institucional está regulamentada por meio da Resolução Administrativa n. 097/2022, a qual define a condução da política de governança, trata do sistema, estrutura e monitoramento da política, bem como as competências do Comitê de Governança e Estratégia.

A estrutura de governança está organizada de forma que conecta as instâncias internas da Administração às instâncias externas, como entidades de classe, órgãos de controle externo e a sociedade, conforme esquematizado ao lado.

No topo da pirâmide invertida estão os(as) cidadãos(ãs), os quais possuem a segurança jurídica proporcionada pela atuação do TRT-14 nos Estados de Rondônia e Acre, beneficiando-se assim dos serviços que prestamos.



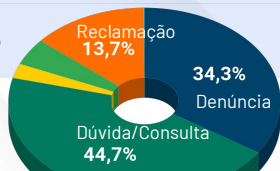


GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

OUIDORIA: CANAL DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Sendo um dos principais canais de comunicação com a sociedade, a Ouvidoria recebeu, em média, 62 manifestações por mês, totalizando 752 ao longo de 2023. Em comparação com o ano anterior, houve um aumento de 72,87% na quantidade de demandas recebidas.

Tipo de Manifestação	Quantidade
Dúvida/Consulta	336
Denúncia	258
Reclamação	103
Pedido de informações (Lei nº 12.527/2011)	35
Elogio	19
Sugestão	1



Resolução	Quantidade
Solucionada/Pedido de informação atendido	713
Arquivada (por falta de informações ou desistência do manifestante)	54
Outros	24
Em análise	2



Canal utilizado	Quantidade
Formulário eletrônico	210
Telefone	192
WhatsApp	167
E-mail	151
Pessoal	18
Balcão virtual	14
Total	752

Fonte



GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

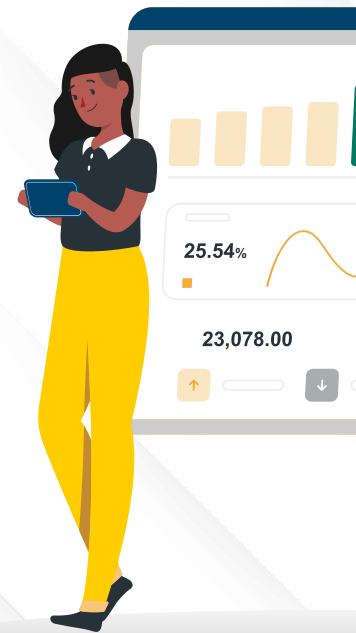
AUDITORIA E CORREIÇÃO: AVALIANDO A JUSTIÇA DO TRABALHO

Auditoria e correição são ferramentas essenciais para a boa governança de qualquer organização, inclusive na Justiça do Trabalho. Elas funcionam como fiscalizações que verificam se a organização está funcionando de forma eficiente, transparente, justa e confiável.

- **Correição:** avalia o trabalho dos juízes(as) e servidores(as) e as unidades judiciárias de forma completa, desde as instalações físicas e o patrimônio, até o cumprimento de metas e prazos
- **Auditoria:** avalia a administração da Justiça do Trabalho como um todo, se os processos estão em dia, se as leis e normas estão sendo cumpridas. Além de identificar falhas e irregularidades, também promove a transparência e previne a corrupção

Uma correição verificará, dentre outras coisas, se um juiz(íza) está cumprindo os prazos processuais. Uma auditoria pode verificar, por exemplo, se os recursos financeiros da Justiça do Trabalho estão sendo usados de forma correta e eficiente.

Ambas são essenciais para garantir que a Justiça do Trabalho preste um serviço público de qualidade para todos. A seguir, apresentamos os principais resultados de cada área.





GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

2023

5 AUDITORIAS REALIZADAS

Contas Anuais – Contábil / Financeira integrada com Conformidade

Gestão de Transportes

Política contra Assédio e Discriminação

Concessão de Aposentadorias e de Pensões

Licitações, Contratos e Programas Trabalho Seguro e de Combate ao Trabalho Infantil

2022

2021

MONITORAMENTO DE AUDITORIAS

acompanhamento do cumprimento das recomendações de 15 auditorias concluídas em exercícios anteriores

ATOS DE PESSOAL (IN TCU n. 78/2018)

148 atos analisados e encaminhados ao TCU para registro via sistema e-Pessoal, sendo 91 atos de admissão, 48 atos de aposentadoria e 9 atos de pensão

CONSULTORIAS INTERNAS (Resolução CNJ nº 308/2020)

57 pareceres/consultorias em processos específicos, referente às matérias de maior relevância e complexidade nas áreas de Pessoal, Licitações e Contratos, Patrimonial e Tecnologia da Informação

AUDITORIAS



Fonte: [Secretaria de Auditoria Interna](#)



GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA



PREPARATIVOS

COLETA DE DADOS

verificação do desempenho das unidades judiciárias nas 3 fases processuais

1



CORREIÇÃO

VISITA PRESENCIAL

inspeção patrimonial, fiscalização administrativa/judicial e orientações

2



RESULTADOS

43 CORREIÇÕES REALIZADAS

40 Unidades correicionadas

3



PÓS-CORREIÇÃO

MONITORAMENTO

acompanhamento das recomendações, reuniões de realinhamento e auxílios específicos

4

CORREIÇÕES



Fonte: [Secretaria da Corregedoria Regional](#)



GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

O Planejamento Estratégico Institucional - PEI 2021-2026 consiste numa importante ferramenta de gestão que se converte em clareza de propósito e coordenação de esforços para o cumprimento de metas factíveis. Em síntese, o PEI é composto por 4 elementos norteadores da tomada de decisão: Identidade, Objetivos, Indicadores e Metas. Para alcançar os objetivos estabelecidos, realizamos diversas ações e investimentos em diferentes áreas, visando proporcionar uma melhor entrega de resultados à sociedade. As metas instituídas seguem as diretrizes traçadas pelos órgãos superiores, contribuindo para promover os esforços no sentido de buscar um judiciário cada vez mais célere e eficiente.

MODELO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT

DESDOBRAMENTOS INTERNOS

ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Conselho Nacional de Justiça - CNJ

ESTRATÉGIA REGIONAL DO TRT-14

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região



ESTRATÉGIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO 2021-2026

Mapa Estratégico aprovado pela Resolução Administrativa n. 61, de 26 de maio de 2021

MISSÃO Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania

VISÃO Ser reconhecida como Justiça ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento regional sustentável

PERSPECTIVA

SOCIEDADE



Objetivos

Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade

FORTALECER A COMUNICAÇÃO E AS PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Promoção da sustentabilidade e garantia dos direitos fundamentais

PROMOVER O TRABALHO DECENTE E A SUSTENTABILIDADE

Macrodesafios

PERSPECTIVA

PROCESSOS INTERNOS



Objetivos

Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

GARANTIR A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO

Enfrentamento à corrupção e improbidade administrativa

PROMOVER A INTEGRIDADE E A TRANSPARÊNCIA EM RELAÇÃO AOS ATOS DE GESTÃO PRATICADOS

Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos

ASSEGURAR O TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS

Aperfeiçoamento da gestão administrativa e governança judiciária

FORTALECER A GOVERNANÇA E A GESTÃO ESTRATÉGICA

Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios

GARANTIR A EFETIVIDADE DO TRATAMENTO DAS DEMANDAS REPETITIVAS

Macrodesafios

PERSPECTIVA

APRENDIZADO E CONHECIMENTO



Objetivos

Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

ADERIR INTEGRALMENTE AO MODELO NACIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS

Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira

APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados

APRIMORAR A GESTÃO E GOVERNANÇA DE TIC E PROTEÇÃO DE DADOS

Macrodesafios

VALORES

Ética | Acessibilidade | Agilidade | Eficiência | Transparência | Inovação | Valorização das pessoas
Sustentabilidade | Efetividade | Comprometimento e Engajamento | Segurança jurídica | Respeito à diversidade



GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

O acompanhamento da estratégia do TRT14 é realizado através de um sistema robusto e abrangente, que se baseia em dois pilares principais:

- Reuniões de Análise da Estratégia - RAE:
 - Realizadas a cada quatro meses sob a liderança do Comitê de Governança e Estratégia
 - Permitem a avaliação detalhada do cumprimento das metas e a definição de ações estratégicas para o futuro
 - Conta com o auxílio da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGGEST) e de representantes de todas as unidades do Tribunal
- Monitoramento mensal de metas:
 - Painéis estatísticos atualizados constantemente permitem o acompanhamento em tempo real do cumprimento das metas do Regional
 - Disponíveis para consulta por todas as unidades e jurisdicionados, garantindo transparência e acesso à informação.





PESSOAS

A FORÇA HUMANA POR TRÁS DA EXCELÊNCIA

Em um mundo em constante transformação, onde a busca por eficiência e qualidade se torna cada vez mais latente, o capital humano emerge como a força motriz que impulsiona o sucesso dos órgãos públicos. Mais do que mera força de trabalho, os servidores públicos são os pilares que sustentam a prestação de serviços de qualidade à população.

Reconhecemos nosso capital humano como a alma que impulsiona à excelência na prestação jurisdicional. Nosso capital humano é o coração que pulsa em nosso âmago, a força vital que energiza e dá vida à nossa organização. Investir em nossos servidores significa investir em um futuro em que há segurança jurídica e proteção dos direitos trabalhistas.

Ao longo de 2023, o TRT-14 dedicou a fortalecer e desenvolver seu capital humano por meio de várias iniciativas, em especial:

- Recrutamento e Seleção
- Capacitação e Desenvolvimento Profissional
- Promoção da Saúde e Bem-Estar

CONFORMIDADE LEGAL - GESTÃO DE PESSOAS

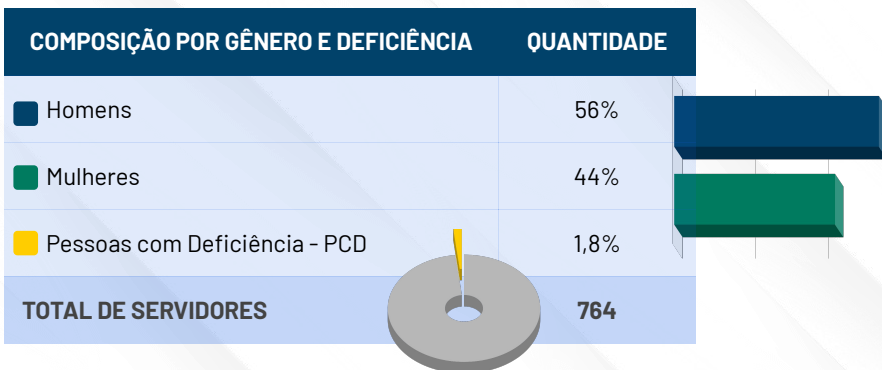
A Divisão de Legislação de Pessoal é a unidade responsável por garantir a conformidade legal dos atos de pessoal. Em 2023, a equipe se dedicou a analisar meticulosamente cada processo, garantindo que todos os atos administrativos estivessem em plena consonância com a legislação vigente. Para garantir a conformidade, a equipe debruçou-se sobre um vasto conjunto de normas, sempre atentos às novas regras instituídas por normas publicadas ao longo do ano.





PESSOAS

O Tribunal reconhece a importância da diversidade e da representatividade em seu quadro de funcionários para a construção de um ambiente de trabalho mais rico, inclusivo e inovador. A seguir, apresentamos um panorama da composição da força de trabalho:



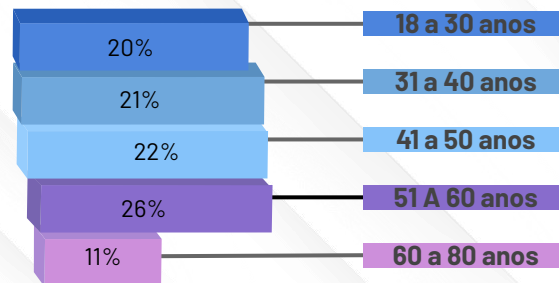
A força de trabalho operacional é exercida por ocupantes dos cargos de Analista e Técnico Judiciário, que, percentualmente, representam 90% do efetivo do quadro permanente. O TRT 14 possui ainda 141 estagiários(as) e 8 aprendizes distribuídos entres as diversas unidades do Tribunal. Por fim, 67 magistrados(as) atuam na atividade-fim.

QUANTIDADE DE CARGOS



- 540** TÉCNICO JUDICIÁRIO
- 219** ANALISTA JUDICIÁRIO
- 2** AUXILIAR JUDICIÁRIO

FAIXA ETÁRIA DO QUADRO DE PESSOAL



PESSOAS

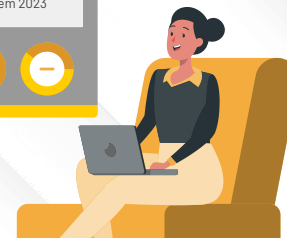
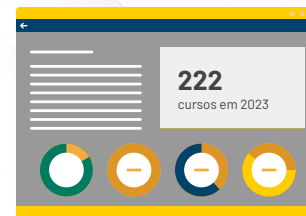
Por meio da Coordenadoria de Assistência à Saúde (CAS), implementamos diversas ações para melhorar a qualidade de vida e a saúde dos(as) servidores(as), tais como campanhas de vacinação, rodas de conversa, palestras, exames periódicos e diversas outras, contribuindo assim para a prevenção de doenças e para a promoção de um ambiente de trabalho mais saudável, com resultados comprovados na redução dos afastamentos por motivo de saúde. Em 2023, 305 servidores(as) (43%) e 5 magistrados(as) (8%) realizaram exames periódicos.

Observamos uma queda progressiva nos afastamentos ao longo dos anos, com um decréscimo ainda mais significativo durante a pandemia. Apesar de um leve aumento em 2023 após o retorno presencial, os números ainda se mantêm abaixo do nível pré-pandemia (2019).

Em 2023, a CAS contratou um novo plano odontológico nacional para ampliar o atendimento odontológico para o público do Tribunal, beneficiando cerca de 2.300 pessoas. A Assistência Complementar à Saúde negociou com o plano de saúde e com isso, conseguiu custear integralmente os planos de saúde e odontológico para titulares e dependentes. Além disso, ampliou o acesso ao plano de saúde para filhos(as) maiores de 21 anos até 45 incompletos, com custeio integral dos titulares.

Entretanto, a produtividade da força de trabalho vai além da mera ausência de doenças. Consideramos também as competências técnicas e comportamentais dos servidores(as), seu comprometimento com a organização e o engajamento no trabalho. Outro aspecto que vem contribuindo para uma boa produtividade é a disponibilidade de modelos de trabalho flexíveis. Atualmente, são 213 servidores(as) em regime de teletrabalho (*home office*), o que representa 28% da força de trabalho.

Ao longo do ano, a Escola Judicial realizou 222 cursos, distribuídos nas modalidades Ensino à Distância (EAD) (176), Presencial (08), e Semi presencial (38), totalizando 2.664 capacitações concluídas.





PESSOAS

AÇÕES FUTURAS

Foi disponibilizado um orçamento de R\$885.826,00 para execução do Plano de Capacitação de 2024, abrangendo as várias temáticas a serem ofertadas aos servidores do TRT14.

A unidade de Gestão de Pessoas passará a participar das correições ordinárias do exercício de 2024, de modo a efetivar o Projeto de Gestão por Competências.

Está em análise a propositura de Concurso Público de Servidores para recomposição de diversos cargos e especialidades.

Em 2024 também entrará em produção o sistema GESTRAB, ferramenta de administração dos servidores na modalidade de Teletrabalho.

Na área da saúde, temos como objetivo ampliar ainda mais o leque de ações e serviços disponíveis aos servidores(as), com foco na prevenção de doenças crônicas, na promoção da saúde mental e no apoio ao bem-estar individual e coletivo. Dentre as ações previstas, destacam-se:

- Retorno dos atendimentos odontológicos no Prédio-Sede;
- Início dos estudos para implantação dos periódicos odontológicos;
- Contratação das empresas de saúde ocupacional e para aquisição de materiais médicos e de enfermagem;
- Reativação da enfermaria no Prédio-Sede com a chegada de uma enfermeira cedida pelo Estado de Rondônia;
- Criação do cargo de Analista da área de Enfermagem do Trabalho e a inclusão deste cargo no próximo concurso;
- Retorno das atividades de orientação ergonômica, ginástica laboral e massagem, a serem disponibilizadas tanto pela equipe da seção de qualidade de vida quanto por parcerias;
- Realizar campanha de prevenção a doenças crônicas não transmissíveis como diabetes e hipertensão;



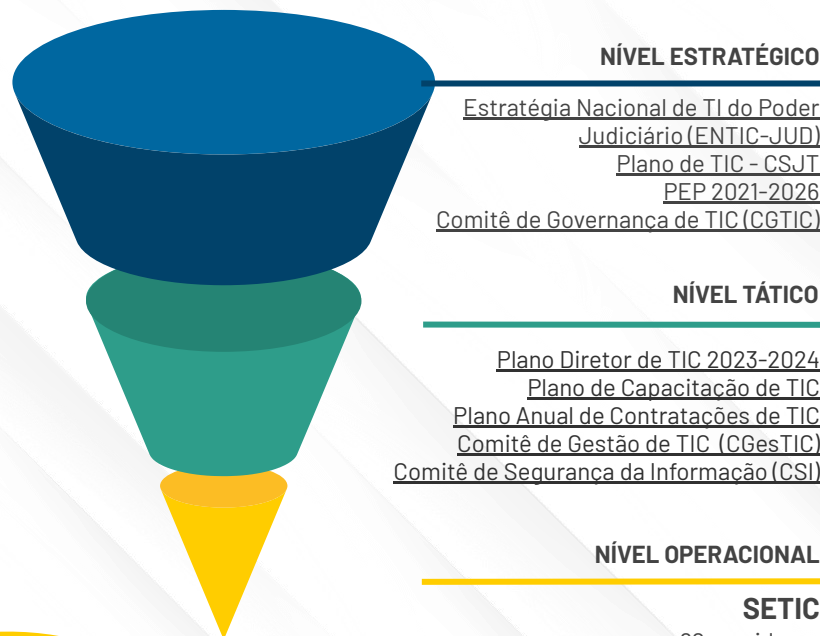
TECNOLOGIA

CONFORMIDADE LEGAL

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) opera alinhada à estratégia institucional do TRT-14, seguindo as diretrizes traçadas pela Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), instituído pela Resolução CNJ n. 370/2021, e traduzida no Plano Diretor de TIC 2023-2024.

Com isto, espera-se o cumprimento das metas almeçadas com incremento no nível de excelência no apoio à prestação jurisdicional, na utilização dos recursos orçamentários disponibilizados, na gestão de TIC e no suporte aos processos decisórios.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA DE TIC



TECNOLOGIA

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

R\$ 1,35 milhões

Solução de Software para Gestão de Acesso Privilegiado (Contrato n. 38/2023)

R\$ 1,14 milhões

Aquisição de computadores *Desktops* (Contrato n. 14/2023)

R\$ 959 mil

Suporte e garantia para solução de firewall (Contrato n. 34/2023)

R\$ 697 mil

Aquisição de *Notebooks* para magistrados (Contrato n. 27/2023)

As demais despesas podem ser consultadas através do [link](#).

PRINCIPAIS PROJETOS

- ✓ Implantação de servidor de arquivos em nuvem
- ✓ Modernização do portal de intranet
- ✓ Implantação de solução de telefonia VoIP
- ✓ Melhoria do iGovTIC-JUD 2023 ([link matéria](#))
- ✓ Aprimoramento da Gestão de Contratações de TIC
- ☛ Os demais projetos podem ser consultados através do [link](#).

TECNOLOGIA

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Diante do crescente número de ataques e ameaças no mundo digital, a SETIC não mediu esforços para fortalecer a segurança da informação institucional em 2023. Com o apoio estratégico do Comitê de Segurança da Informação (CSI), diversas medidas foram tomadas para garantir a proteção dos dados e dos sistemas do Tribunal.

As medidas tomadas em 2023, elencadas ao lado, resultaram em um aumento significativo da segurança da informação do TRT-14. O Tribunal está agora mais bem preparado para enfrentar os desafios do mundo digital e proteger os dados e os sistemas contra ataques e ameaças cibernéticas.

Em resumo, 2023 foi um ano de grandes avanços para a segurança da informação no TRT14. A SETIC, com o apoio do CSI, implementou diversas medidas inovadoras e eficazes para garantir a proteção dos dados e dos sistemas do Tribunal, posicionando-o como referência em segurança da informação no âmbito do Poder Judiciário.

AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DE ACESSO PRIVILEGIADO

Essa ferramenta permite um controle mais rigoroso sobre quem tem acesso a informações confidenciais, reduzindo significativamente os riscos de ataques e violações

IMPLEMENTAÇÃO PARCIAL DE CONTROLES DE SEGURANÇA CRÍTICOS (CIS-CONTROL)

Seguindo as melhores práticas internacionais, a SETIC avançou na implementação de controles de segurança recomendados pelo CIS (Center of Internet Security)

ALINHAMENTO COM A RESOLUÇÃO CNJ N. 396/2021

A SETIC se dedicou a cumprir todas as normas, diretrizes e boas práticas, em especial a Resolução CNJ n. 396/2021

HIPERCONVERGÊNCIA E CAPACITAÇÃO

O investimento na solução de hiperconvergência, juntamente com as capacitações na área de segurança da informação, posicionam o TRT14 em um nível elevado de preparação e eficácia nesse importante campo



TECNOLOGIA

A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2023

Em 2023, a SETIC passou por uma avaliação rigorosa de seu desempenho, utilizando seis indicadores chave. Essa avaliação, baseada no Plano Diretor de TIC (PDTIC) 2023-2024, teve como objetivo analisar o progresso da SETIC em áreas como:

- **Realização de projetos:** A SETIC foi avaliada em sua capacidade de concluir projetos de forma eficiente e dentro do prazo
- **Capacitação de pessoal:** A avaliação verificou o investimento da SETIC na formação e desenvolvimento de seus servidores(as)
- **Aplicação do orçamento:** Análise em relação à gestão eficiente dos recursos financeiros alocados para seus projetos e atividades

Com base nos resultados da avaliação, a SETIC definiu metas ambiciosas para os próximos anos. Entre elas estão:

- **Melhorar os mecanismos de gestão e governança:** A SETIC busca aprimorar seus processos internos para garantir maior eficiência, transparência e *accountability*.
- **Ampliar a capacidade de entrega de soluções de TIC:** A SETIC pretende oferecer novas soluções tecnológicas que atendam às necessidades da instituição, especialmente em apoio à atividade judicante.
- **Aumentar o quadro lotacional:** A SETIC reconhece a necessidade de ampliar seu quadro de servidores(as) para lidar com a crescente complexidade do ambiente computacional e atender aos requisitos legais. Nos últimos três anos, houve um significativo incremento da força de trabalho de TIC. Neste período, ingressaram 30 novos servidores(as) e, em contrapartida, houve apenas 6 desligamentos.

Um dos principais desafios que a SETIC enfrenta é a migração das aplicações para uma plataforma em nuvem. Essa migração oferece diversas vantagens, como maior flexibilidade, escalabilidade e economia de custos. No entanto, reconhece que a migração apresenta diversos obstáculos que precisam ser superados. Neste contexto, continuaremos comprometidos em aprimorar nossos serviços e oferecer soluções tecnológicas inovadoras que atendam às necessidades da instituição.

CONTRATAÇÕES

CONFORMIDADE LEGAL: UMA ABORDAGEM EM TRÊS NÍVEIS

A área de Contratações do TRT 14 está comprometida com a mais alta observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade. Para garantir a conformidade legal de seus processos, a área de contratações está amparada por um modelo de defesa estruturado em três níveis, abrangendo:

Primeira Linha de Defesa:

- Servidores(as) concursados(as), responsáveis pela gestão diária dos contratos, desde a elaboração do edital até a execução e acompanhamento do contrato
- Agentes de licitação que atuam na condução das licitações e pregões, garantindo a lisura e a impessoalidade dos processos
- Autoridades responsáveis pela governança do Tribunal, que supervisionam as atividades de contratação e definem as políticas e diretrizes a serem seguidas

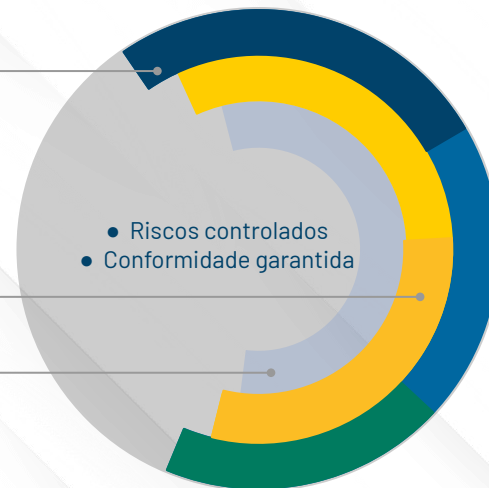
Segunda Linha de Defesa:

- Divisão de Análises Jurídico-Administrativas: unidade que analisa os processos de licitação e contratação sob os aspectos jurídicos e administrativos, assegurando a legalidade e a regularidade dos atos
- Secretaria de Auditoria e Controle Interno: realiza auditorias internas para verificar o cumprimento das normas e procedimentos, identificando e corrigindo possíveis falhas

Terceira Linha de Defesa:

- Tribunal de Contas da União (TCU): atua como um órgão externo de controle, realizando auditorias e avaliações independentes das atividades do TRT14

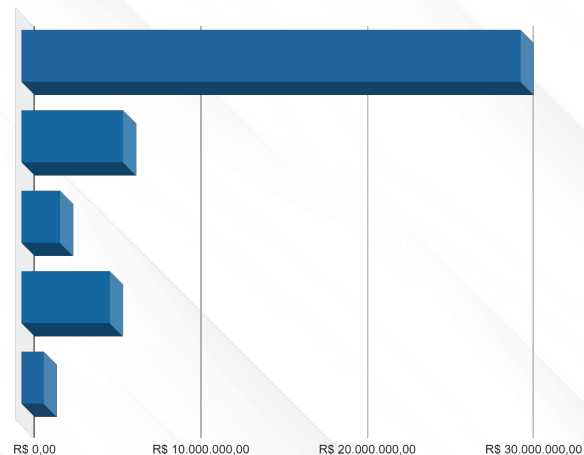
Três Linhas de Defesa



CONTRATAÇÕES

RESUMO DOS VALORES DE CONTRATAÇÕES

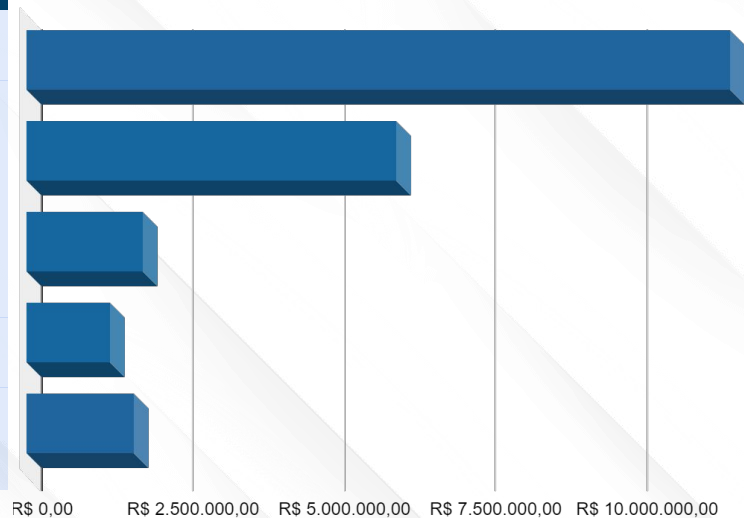
Tipo de serviço/bem	Valor (R\$ milhões)
Serviços comuns (sem cessão de mão de obra)	30,00
Serviços com cessão de mão obra (terceirização)	6,12
Serviços de Engenharia	2,32
Aquisição de Bens - Despesas de Capital	5,29
Aquisição de Bens - Material de Consumo	1,36
TOTAL	R\$ 45,12 milhões



CONTRATAÇÕES

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

Tipo de serviço ou bem	Valor (R\$ milhões)
Serviços de limpeza, recepção, garçom, copa e jardinagem	11,62
Bens e serviços de TIC: internet, rede de longa distância, aquisição de notebooks e desktops, solução de firewall e licenças adicionais de cofre de senhas	6,11
Reformas e manutenção da infraestrutura elétrica e de ar condicionado	1,91
Gestão da frota de veículos (combustível, manutenção, etc)	1,36
Serviço de cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas	1,76



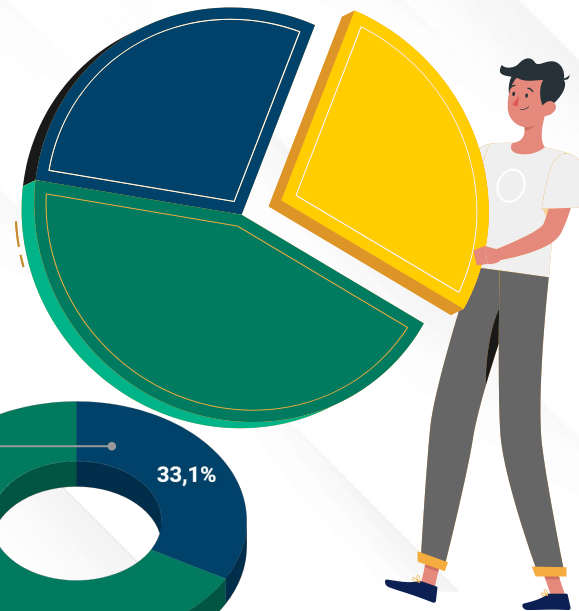
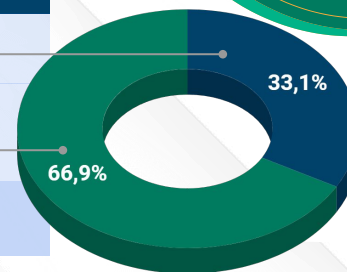
CONTRATAÇÕES

CONTRATAÇÕES DIRETAS

O Tribunal processou diversas aquisições de produtos e serviços, utilizando-se das modalidades de dispensa e de inexigibilidade. A dispensa de licitação foi aplicada em 50 (cinquenta) casos, e a inexigibilidade, justificada pela exclusividade ou pela natureza especializada dos serviços, foi utilizada em 75 (setenta e cinco) ocasiões.

Os gastos totais com dispensas alcançaram R\$ 1.814.854,67 , enquanto os gastos totais com inexigibilidades foram de 3.674.544,47, somando um total de R\$ 5.489.399,14 . As bases legais para tais ações encontram-se nos artigos 72 a 75 da Lei n. 14.133/2021, além das Portarias GP n. 0517/2022 e n. 0995/2023.

Contratações diretas por modalidade	Quantidade	Valor (R\$ milhões)
■ Dispensa de Licitação	50	1,81
■ Inexigibilidade de Licitação	75	3,67
TOTAL	125	5,48





INFRAESTRUTURA E PATRIMÔNIO

GESTÃO PATRIMONIAL: TRANSPARÊNCIA, EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE

O TRT14 apresenta declaração de conformidade legal alinhada aos termos dos artigos 37, 70 e 75 da CF; da Lei n. 4.320/64, do Decreto-lei n. 200/67, da Portaria GP. n. 0920/2021, da Lei Complementar n. 101/200, da Lei n. 8.429/92, e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública. Ademais, o Tribunal possui uma Divisão de Análises Jurídico Administrativas, unidade que tem como atribuição fiscalizar a boa aplicação da norma e garantir a conformidade jurídica da Gestão Material e Patrimonial.

Em 2023, o TRT14 doou 1.606 bens inservíveis para órgãos da Administração Direta Estadual e Municipal. Essa iniciativa contribuiu para o desenvolvimento regional sustentável, pois os bens doados continuarão a ter uma função social. Além disso, o Tribunal reduziu significativamente seus custos de armazenamento em cerca de 40%.

Durante o exercício de 2023, não houve gastos com locação de imóvel ou equipamentos. Por outro lado, ocorreu a desmobilização dos bens alienados em face do processo de doação concluído pelo Tribunal, sem custos, haja vista que as despesas ocorreram exclusivamente por conta dos donatários.

Os investimentos realizados com despesas de capital, ou seja, aqueles destinados à produção ou geração de novos bens que integrarão o patrimônio público, alcançaram a cifra de R\$ 5.295.568,65.





RESULTADOS

A Justiça do Trabalho exerce um papel relevante na sociedade brasileira, impactando em diversos aspectos da vida dos cidadãos. Através de suas decisões, o Judiciário contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, assegurando direitos trabalhistas e promovendo o desenvolvimento social e econômico. O cumprimento da missão institucional do TRT14, através da qual ele gera valor público para a sociedade, será demonstrado nas próximas páginas por meio de dados e indicadores de desempenho, em especial:

- dados estatísticos judiciais (número de processos julgados, tempo médio de duração de processos, etc)
- cumprimento das metas judiciais e administrativas;
- valores pagos à sociedade, em créditos trabalhistas e precatórios;
- recolhimento de tributos aos cofres públicos, provenientes das decisões judiciais proferidas pelo TRT14;

Em um ano marcado por desafios e conquistas, a Justiça do Trabalho da 14ª Região, abrangendo Rondônia e Acre, se destacou pela excelência de seus serviços e pelo compromisso inabalável com a entrega de uma prestação jurisdicional célere, eficiente e de qualidade à população. Unidos em um só propósito, os Gabinetes de Desembargadores e Varas do Trabalho, compostos por desembargadores(as), juízes(as) e servidores(as) dedicados(as), trabalharam incansavelmente em 2023, contando com o apoio fundamental das áreas administrativas. Os resultados excepcionais alcançados, que serão detalhados a seguir, são um reflexo direto do árduo trabalho e da sinergia entre todas as equipes envolvidas, evidenciando o nosso compromisso com a busca incessante pela excelência.



DESEMPENHO DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO

O primeiro grau de jurisdição da Justiça do Trabalho é a porta de entrada para a resolução de conflitos relacionados ao trabalho no Brasil. É a primeira etapa do processo judicial, onde as partes apresentam suas reivindicações e provas, e o juiz profere a primeira decisão sobre o caso.

DEMANDAS JUDICIAIS¹

PROCESSOS RECEBIDOS

18.147

PRODUTIVIDADE²

ATOS PRATICADOS

72.596

Decisões

101.693

Despachos

AUDIÊNCIAS

29.032

sendo:

12.570

de conciliação

TEMPO DE JULGAMENTO¹

67 dias
em média

O tempo médio de duração do processo na 1ª instância pode ser considerado **excelente**. Para fins de comparação, a média geral da JT é de 239,7 dias.

RESULTADOS¹

PROCESSOS JULGADOS

17.904

DESEMPENHO

98,7%

(17.904 / 18.147 = 0,987 x 100)

Um índice de desempenho de 98,7% é considerado **muito bom**. Isso indica que as Varas do Trabalho são muito eficazes na solução de demandas.

1 - Fonte: eGestão

2 - Fonte: Datajud





DESEMPENHO DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO

É a etapa seguinte ao primeiro grau, constituída por órgãos colegiados e Desembargadores do Trabalho. Sua função principal é revisar as decisões das Varas do Trabalho, proferidas pelos Juizes do Trabalho, analisando se estão de acordo com a lei. Outra função importante do 2º grau é uniformizar a jurisprudência, ou seja, assegurar que casos semelhantes sejam julgados da mesma forma.

DEMANDAS JUDICIAIS¹

PROCESSOS RECEBIDOS

12.891

PRODUTIVIDADE²



ATOS PRATICADOS

7.603

Decisões

2.019

Despachos

AUDIÊNCIAS

322

TEMPO DE JULGAMENTO¹



107 dias
em média

O tempo médio de duração de processo na 2ª instância pode ser considerado **muito bom** . Para fins de comparação, a média geral da JT é de 143 dias.

PROCESSOS JULGADOS¹

12.992

DESEMPENHO

100,8%

(12.992 / 12.891 = 1,008 x 100)

Um índice de desempenho de 100,8% é considerado **excelente** . Isso indica que os Gabinetes de Desembargadores são muito eficientes em atender às demandas.

1 - Fonte: eGestão

2 - Fonte: Datajud

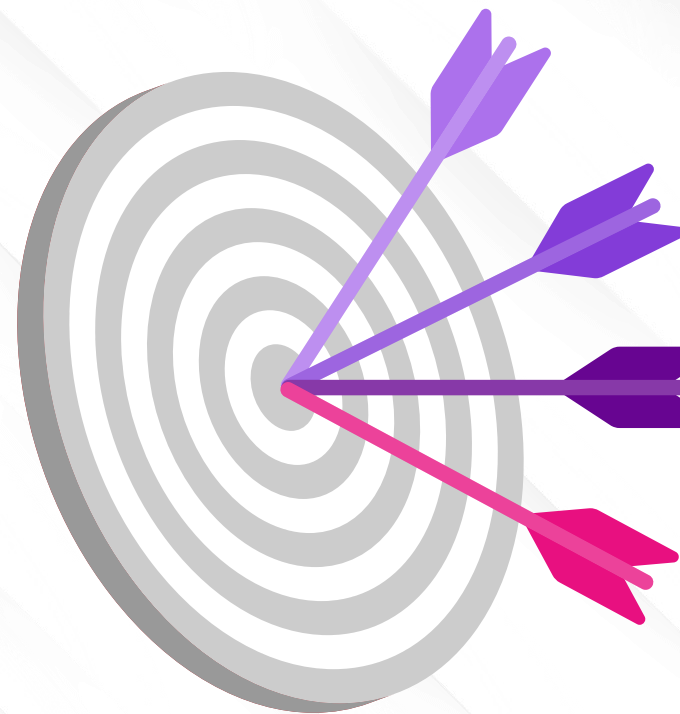




CUMPRIMENTO DAS METAS

Apresenta-se abaixo o desempenho deste Tribunal nas Metas Nacionais aplicáveis à Justiça do Trabalho. Em 2023, todas as metas instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça foram atingidas.

Cumprimento das metas





DESEMPENHO NAS PREMIAÇÕES E RANKINGS

A participação do Tribunal em premiações e rankings instituídos por órgãos superiores é fundamental por diversos motivos. Além de possibilitar diagnósticos e autoavaliações, essa participação permite tanto a comparação com outros órgãos, principalmente aqueles de natureza similar, gerando uma saudável competitividade e colaboração entre as instituições, quanto a busca pela excelência, incentivando todos os tribunais a aprimorarem suas atividades, com base nos requisitos avaliativos e nas lacunas identificadas. Em 2023, o Tribunal teve um desempenho notável nas principais premiações e rankings das quais participou. Abaixo, apresentamos um resumo dos resultados:



PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

84,6%

10ª posição no ranking JT

Fonte: [Processo n. 271/2023](#); [portal TRT14](#)



**ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE
COMPARADA - IPC-JUS**

76%

6ª posição dentre os TRTs de pequeno porte

Fonte: [Relatório Justica em Números 2023 - CNJ](#)



**ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO
DE DESEMPENHO - IGEST**

62,5%

**Das 32 Varas, 20 estão no 1º quartil* de desempenho na última
divulgação (dados de out/22 a set/23)**

Fonte: [Painel iGest](#)

*grupo em que se situam 25% das Varas com os melhores resultados do país



RANKING TRANSPARÊNCIA

94,15%

**5,21 pontos percentuais maior do que o alcançado
na edição anterior**

Fonte: [Processo n. 1532/2023](#); [portal CNJ](#)



RANKING DE SUSTENTABILIDADE - IDS

Acesse o [portal do CNJ](#) para conferir os resultados do Índice de Desenvolvimento Sustentável - IDS, quando disponíveis.



MODELO DE NEGÓCIOS

O Tribunal, por meio de um modelo de negócios eficiente e focado na entrega de valor à sociedade, garante a resolução célere de conflitos trabalhistas, promove a justiça social e contribui para o desenvolvimento socioeconômico de Rondônia e Acre. O funcionamento desta engrenagem que gera valor público será demonstrado de forma mais ampla na página seguinte, evidenciando os resultados entregues em 2023, em termos qualitativos e quantitativos.

REALIZAÇÃO DE JUSTIÇA

17.904

Processos julgados - 1º grau

12.992

Processos julgados - 2º grau

A atuação do Tribunal viabiliza um retorno econômico à sociedade em decorrência de decisões proferidas em processos trabalhistas, por meio de valores pagos diretamente aos reclamantes, movimentando recursos na economia local, e por tributos recolhidos aos cofres públicos, contribuindo para o financiamento do Estado.

IMPACTO ECONÔMICO EM 2023:

- Foram pagos R\$ 321,588 milhões em créditos trabalhistas, R\$ 119,375 milhões em precatórios e R\$ 8,784 milhões em Requisições de Pequeno Valor (RPV)
- Foram recolhidos R\$ 24,225 milhões em contribuições previdenciárias, R\$ 3,842 milhões em imposto de renda, R\$ 4,563 milhões em custas e emolumentos e R\$ 94 mil em multas



RECURSOS

FORÇA DE TRABALHO

Magistrados(as): 64
Servidores(as): 764
Terceirizados(as): 93
Estagiários(as)/aprendizes: 149

INFRAESTRUTURA

Imóveis próprios: 23
• área total de 30.205,67 m²
• avaliados em R\$ 72,68 milhões

ORÇAMENTO

Despesas de Pessoal: 352,40
Outras Despesas: 60,25
R\$ milhões | despesas liquidadas

DEMANDAS JUDICIAIS

Casos Novos - 1ª grau
18.147

Casos Novos - 2ª grau
12.891

Tempo médio de julgamento



67 dias

Menores que a média nacional

107 dias

RESULTADOS ENTREGUES

Julgados - 1ª grau
17.904

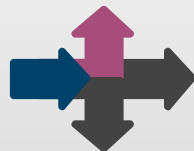
Julgados - 2ª grau
12.992

Execuções encerradas
11.304

MACROPROCESSO FINALÍSTICO

GOVERNANÇA ESTRATÉGICA

Prestação Jurisdicional



VALOR PÚBLICO GERADO

- Realização de Justiça nas relações de trabalho
- Garantia do ordenamento jurídico trabalhista
- Pacificação social e fortalecimento da cidadania

VALORES PAGOS (em R\$ milhões)

Créditos trabalhistas: 321,588

Precatórios: 119,375

RPV*: 8,784

TRIBUTOS RECOLHIDOS (em R\$ milhões)

Previdência: 24,225

Imposto de Renda: 3,842

Custas e Emolumentos: 4,563

Multas: 0,094

Fonte:
eGestão
*Tesouro Gerencial

04

ORÇAMENTO E FINANÇAS



Este capítulo foi elaborado a partir de informações prestadas pela Divisão de Contabilidade Analítica do TRT14, setor vinculado à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), subordinada, por sua vez, à Diretoria-Geral. Atualmente, a SOF é composta por 16 servidores(as), dentre os quais dois são ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Especialidade: Contabilidade.

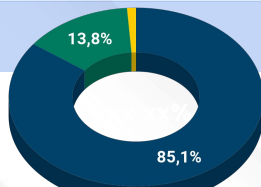
A fim de garantir a confiabilidade, regularidade, completude e abrangência dos lançamentos e procedimentos contábeis, orçamentários e financeiros, a atuação da referida unidade é regida por diversas normas técnicas, tais como:

- Lei nº 4.320/1964; Decreto-lei nº 200/1967; Decreto nº 93.872/1986; Lei nº 10.180/2001; e Lei Complementar nº 101/2000. Observa-se também o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual Siafi, da Secretaria do Tesouro Nacional.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

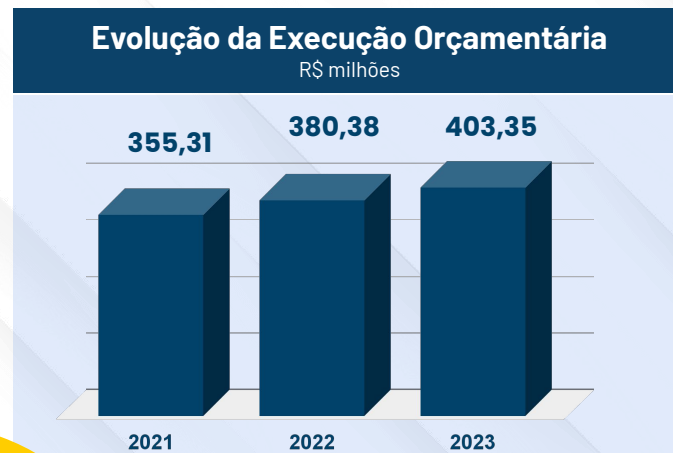
A Lei Orçamentária Anual de 2023 (LOA/2023) aprovou o orçamento do TRT-14 em R\$ 396,9 milhões. Após suplementações, dispomos de um orçamento de R\$ 425,7 milhões, dos quais foram utilizados R\$ 403,3 milhões (94,74%), distribuídos conforme tabela a seguir. Os custos operacionais do órgão são compostos em sua maior parte pelos salários e benefícios de magistrados e servidores.

Rubrica	Despesas pagas
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 343,23 milhões
Outras Despesas Correntes	R\$ 55,52 milhões
Investimentos	R\$ 4,59 milhões
Total	R\$ 403,3 milhões



Fonte: SIAFI 2023

Comparando com o executado no ano anterior, houve aumento de 19,48% na execução das despesas correntes e de investimentos e aumento de 3,9% na execução das despesas de pessoal e encargos sociais. No total, a execução de 2023 foi 6% maior que a realizada em 2022.



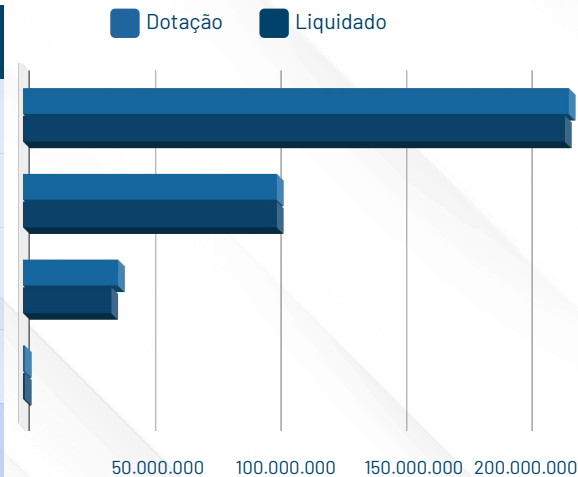
Fonte: SIAFI 2023



DESPESAS COM PESSOAL E BENEFÍCIOS

A dotação atualizada destinada às despesas com pessoal no exercício de 2023, no montante de R\$ 357,1 milhões, foi empenhada em sua totalidade e liquidada em 98,68%, conforme valores e quantitativos a seguir:

Plano Orçamentário	Dotações Atualizadas	Dotações Liquidadas
ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	217,24	215,68
APOSENTADORIAS E PENSÕES	101,21	101,00
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	37,80	35,08
BENEFICIO ESPECIAL	0,85	0,63
Total de despesas com pessoal	357,11	352,40



Fonte: SIAFI 2023

em R\$ milhões

Quanto à execução do orçamento com as despesas destinadas ao custeio de benefícios assistenciais, registrou-se a execução de R\$33.508.973,10, ou seja, 91,1% da despesa prevista de R\$ 36.756.564,00, conforme discriminado a seguir:



Fonte: SIAFI 2023



DESPESAS DE CUSTEIO

Dentre as ações de custeio, destaca-se a “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”, que tem por meta o julgamento de processos, refletindo o produto final entregue à sociedade. A dotação alocada para custeio foi de R\$ 24.238.857,00, dos quais 88,01% foram executadas, o que corresponde a R\$ 21.318.333,69 de despesas liquidadas.



Fonte: SIAFI 2023

em R\$ milhões

DESPESAS COM INVESTIMENTOS

Ações/Planos Orçamentários	Dotação Atualizada	Dotação Liquidada
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	6,54	4,59
Total de despesas com investimentos	6,54	4,59

Fonte: SIAFI 2023

em R\$ milhões

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas referentes ao exercício de 2023 podem ser acessadas no [Portal Transparência/Orçamento e Finanças](#).



RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

